



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 7, DE 18 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre a utilização dos serviços de telefonia e liquidação de despesas no Superior Tribunal de Justiça.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição prevista no art. 94, inciso IX, alínea "b", do Regulamento da Secretaria, considerando o disposto na Resolução nº 4, de 8 de maio de 2002, e o que consta do processo administrativo nº STJ 7654/06,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DA TELEFONIA FIXA

Art. 1º A unidade responsável pela gestão de telefonia deverá encaminhar aos usuários as contas telefônicas das linhas diretas e os relatórios mensais de ramal, das ligações locais, interurbanas, internacionais e para celulares.

§ 1º As contas de linha direta e os relatórios mensais de ramal, quando possível, poderão ser encaminhados por meio eletrônico, observados os procedimentos estabelecidos pela unidade gestora.

§ 2º A devolução das contas de linha direta, devidamente atestadas, deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, devendo o usuário indicar as ligações efetuadas a serviço e aquelas de caráter particular.

§ 3º Os relatórios de ramal serão encaminhados por meio eletrônico ou por cópia ao usuário cadastrado, para conhecimento das ligações e posterior arquivamento e na hipótese de constatar ligações particulares deverá promover o ressarcimento dos respectivos valores, na forma do art. 2º desta Instrução Normativa.

§ 4º Terceiros instalados no Tribunal poderão utilizar o serviço de telefonia, desde que assinem termo de responsabilidade e efetuem o pagamento no prazo indicado.

Art. 2º Os valores relativos às ligações de caráter particular deverão ser ressarcidos ao Tribunal, adotando-se um dos seguintes procedimentos:

- I - utilização de Guia de Recolhimento da União -GRU; ou
- II - autorização para desconto em folha de pagamento.

§ 1º O formulário de autorização para desconto em folha será encaminhado ao usuário juntamente com as contas de linha direta ou com a cópia do relatório de ramal.

§ 2º A autorização para desconto em folha poderá ocorrer por meio eletrônico, observados os procedimentos estabelecidos.

Art. 3º A unidade responsável pela gestão de telefonia, após conferência das contas de linha direta e dos relatórios de ramal, deverá encaminhar os documentos à unidade orçamentária e financeira, com antecedência necessária ao efetivo pagamento no prazo de vencimento.

CAPÍTULO II DA TELEFONIA MÓVEL CELULAR

Art. 4º Os serviços de telefonia móvel serão utilizados nas seguintes modalidades:

- I – linha e aparelho fornecidos pelo Tribunal; e
- II - linha e aparelho de propriedade do usuário.

Art. 5º Os equipamentos e acessórios de telefonia móvel celular cedidos pelo Tribunal em caráter pessoal e intransferível serão objeto de controle patrimonial, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de recebimento, emitido pela área de telefonia, devendo o usuário:

I- comunicar imediatamente à unidade gestora os casos de extravio, roubo ou furto, juntando o registro policial de ocorrência para fins de bloqueio da linha;

II - responsabilizar-se pela reposição caso seja comprovada negligência ou imprudência em casos de extravio, roubo, furto ou dano; e

III - responsabilizar-se pelo pagamento das contas nos casos de extravio, roubo, furto ou dano ao aparelho, na ausência de prévia comunicação à unidade gestora.

Art. 6º A cota mensal de telefonia móvel celular, a partir de 1º de agosto de 2007, é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para linha e aparelho cedidos pelo Tribunal e de R\$ 200,00 (duzentos reais) para aparelho e linha próprios do usuário.

§ 1º A cota mensal dos titulares das unidades a seguir relacionadas é de 30% (trinta por cento) do valor da cota mensal fixada para os Ministros, quando se tratar de aparelho e linha cedidos pelo Tribunal e de 50% (cinquenta por cento) no caso de aparelho e linha próprios.

- I - Assessoria de Assuntos Parlamentares;
- II - Assessoria de Relações Internacionais;
- II - Representações nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo;
- IV - Coordenadoria de Serviços Especiais;
- V - unidade responsável pelo apoio aos Ministros em suas viagens.

§ 2º Poderão ser compensados eventuais excessos nos meses posteriores, desde que no mesmo exercício financeiro.

§ 3º Eventual saldo individual credor remanescente será extinto no encerramento de cada exercício financeiro.

Art. 7º Os valores que ultrapassarem os limites estabelecidos serão restituídos ao Tribunal por meio de Guia de Recolhimento da União ou desconto em folha de pagamento.

Parágrafo único. A unidade de gestão de telefonia informará o valor excedido ao usuário, que providenciará o recolhimento.

Art. 8º A cobertura dos gastos efetuados por servidores nas ligações internacionais (DDI) e interurbanas (DDD) será admitida quando ocorrerem por necessidade de serviço e forem autorizadas pelo Diretor-Geral.

Art. 9º Para liquidação das despesas de telefonia celular com aparelhos cedidos pelo Tribunal serão observados os seguintes procedimentos:

I - o gestor do contrato encaminhará ao usuário, mensalmente, para conferência e atestação, a fatura de cobrança;

II - o usuário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da fatura, deverá devolvê-la acompanhada, quando for o caso, da GRU, ou autorização para desconto em folha;

III – a área de gestão de telefonia encaminhará as autorizações para desconto à unidade responsável pela folha de pagamento.

§ 1º O descumprimento do prazo ensejará o bloqueio da linha celular, até a devolução da fatura de cobrança.

§ 2º Os custos com bloqueio e desbloqueio da linha celular correrão à conta do servidor.

Art. 10 A unidade responsável pela gestão de telefonia deverá manter o alinhamento das datas de vencimento das contas telefônicas, perante as empresas operadoras.

Parágrafo único. Caso não seja possível o pagamento das contas no vencimento indicado pelas empresas, a área de gestão de telefonia deverá solicitar, formalmente, a prorrogação do prazo, devendo o documento de prorrogação ser anexado no processo de pagamento.

Art. 11 O usuário que optar pela utilização de aparelho e linha próprios deverá encaminhar, mensalmente, a conta de telefone quitada para a unidade de gestão de telefonia, para análise e ressarcimento.

Parágrafo único. A unidade de gestão de telefonia deverá, no início do exercício financeiro, formalizar processo para cada usuário que optar por aparelho e linha próprios, fazendo constar cópia da autorização do Diretor-Geral.

Art. 12 A unidade de gestão de telefonia deverá analisar a fatura de telefone encaminhada nos termos do art. 11 desta Instrução, devendo excluir do valor a ser ressarcido todas as ligações internacionais ou interurbanas, salvo se houver expressa autorização do Diretor-Geral.

Art. 13 A partir da publicação desta Instrução Normativa, novas autorizações para servidores utilizarem telefone celular somente ocorrerão na modalidade de aparelho e linha próprios.

Art. 14 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

Art. 15 Ficam revogadas as Instruções Normativas nº 4, de 25 de junho de 2004, nº 5, de 3 de outubro de 2005, nº 4, de 23 de agosto de 2006, e a Ordem de Serviço nº 3 de 9 de agosto de 2002.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS